

Confronto

Planalto pode recorrer ao STF caso os 4 anos ganhem

Janio de Freitas

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

O Palácio do Planalto requisitou ontem, ao Senado Federal, a cópia da certidão de posse do presidente José Sarney (ao assumir a vice-presidência), na mais ostensiva ação do governo, até agora, para preparar recurso ao Supremo Tribunal Federal contra eventual decisão do Congresso constituinte de fixar em quatro anos o mandato de Sarney.

A certidão mostra que Sarney jurou defender a Constituição em vigor, a qual lhe confere seis anos de mandato. A linha de argumentação do Planalto será a mesma apresentada em livro recém-lançado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, íntimo de Sarney: a Constituinte não tem poderes para mexer em uma série de itens, entre eles o mandato do presidente atual.

A argumentação de Saulo foi derrubada, na Folha de sábado, por três juristas de linhas ideológicas diferentes: o conservador Ives Gandra Martins, Miguel Reale Junior (PMDB) e Hélio Bicudo (PT).

A ofensiva do Planalto contra a Constituinte não se limita, entretanto, ao plano jurídico. Ela comporta duas outras vertentes:

1 - A declaração de que é "nefasta" a realização de eleições presidenciais em 88, emitida ontem por 15 ministros. Entre eles, estão um ministro militar (Henrique Saboia, da Marinha) e dois íntimos de Ulysses Guimaraes, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, como Celso Furtado (Cultura) e Luiz Henrique da Silveira (Ciência e Tecnologia).

2 - A retomada do esforço para desmoralizar os trabalhos constitucionais. Ontem, Ricardo Fiuza (PFL-PE), 48, um dos principais líderes do Centrão (agrupamento suprapartidário conservador do Congresso constituinte), repetiu para as câmeras da TV Globo a mesma linha de raciocínio exposta, há 15 dias, pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp): ou a nova Constituição inviabilizará o país ou seus dispositivos não serão cumpridos, por inviáveis para a economia.

Não há, de parte dos conservadores, qualquer cautela em disfarçar a ofensiva para desmoralizar a Constituinte: ontem, às 17h40, o deputado Antônio Delfim Netto (PDS-SP), 59, saía esbaforido do plenário, quando cruzou com Fiuza. Delfim logo disparou: "Fiuza, acabamos de aprovar os soviets, para explodir tudo de uma vez. Vai lá e vota sim também (Delfim referia-se à aprovação das comissões de fábrica, por ele tratadas como "soviets", indiferente à presença de jornalistas entre ele e Fiuza)."

Derrota anunciada

A ofensiva contra a Constituinte começou a ser armada depois que,



O presidente José Sarney

na segunda-feira última, Sarney conversou por três horas e meia com Ricardo Fiuza. O deputado pernambucano recusa-se a revelar o teor da conversa. A única coisa que a Folha conseguiu apurar é que, nela, Fiuza disse ao presidente que não poderia contar com o Centrão na votação do mandato.

Na prática, o Centrão não pode ser usado mais como referência para votação alguma. "Desintegrou-se", admite Ricardo Izar (PFL-SP), 49, um de seus primeiros articuladores e entusiastas.

No dia seguinte, terça-feira, o presidente dava sinais de extremo abatimento. Recebeu para jantar três dos mais importantes senadores da República e um deles relata que encontrou Sarney abatido, caído, sentindo-se vítima de uma conspiração.

Ao abatimento, soma-se cansaço extremo: na quarta-feira, o presidente chegou a dormir na sauna de apenas cinco minutos que fez, contrariando o hábito de jamais dormir à tarde. Mas o ânimo com que o encontrou outro interlocutor, um íntimo amigo que já trabalhou na administração federal, era outro: Sarney disse a essa pessoa que

Eis a íntegra do termo de posse de Sarney

Esta é a íntegra do termo de posse de José Sarney como vice-presidente da República:

As dez horas do dia quinze de março, do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, perante o Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta de suas duas Casas, no plenário da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, constituída dos Senhores Senadores José Fragelli, Presidente, Enéas Faria, Primeiro-Secretário, João Lobo, Segundo-Secretário, Marcondes Gadelha, Terceiro-Secretário, e Senadora Eunice Michiles, Quarto-Secretário, compareceu o Senhor Doutor José Sarney e, nos termos do parágrafo primeiro do Artigo setenta e sete da Constituição Federal, foi solenemente empossado no cargo de Vice-Presidente da República, para o qual foi eleito, pelo Colégio Eleitoral, no dia quinze de janeiro do corrente ano, de acordo com o disposto na Lei Complementar número quinze, de treze de agosto de mil

novecentos e setenta e três, alterada pelo Decreto-Lei número mil quinhentos e trinta e nove, de quatorze de abril de mil novecentos e setenta e sete, e pela Lei Complementar número quarenta e sete, de vinte e dois de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro, para o período compreendido entre o dia quinze de março de mil novecentos e oitenta e cinco e igual data do ano de mil novecentos e noventa e um, profereindo, na forma do caput do Artigo setenta e seis, in fine, da Constituição Federal, o seguinte compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". E, de conformidade com o Artigo sessenta e cinco do regimento comum do Congresso Nacional, lavrou-se o presente termo, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

O Sr. Presidente (José Fragelli) — O termo de posse será, a seguir, assinado pelo Sr. Vice-Presidente da República, pelos Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e pelos demais membros da Mesa.

estava disposto "a morrer atirando".

O presidente reclamou também, veementemente do PMDB e fez uma análise que seria repetida ontem, durante a reunião dos 15 ministros convocada por determinação do presidente e realizada no Ministério da Justiça: se houver eleições este ano, será o caos para o país e o PMDB será derrotado por Leonel Brizola, presidente nacional do PDT.

Sarney chegou a prever um retrocesso institucional, em função da vitória de Brizola, na medida em que, na sua avaliação, os militares não aceitarão a posse do ex-governador do Rio de Janeiro.

O presidente manifestou a disposição de manter a ofensiva contra o Congresso constituinte e contra as denúncias de corrupção na administração federal na sua "Conversa ao Pé do Rádio", o programa radiofônico emitido todas as sextas-feiras.

Nessa conversa de quarta-feira, o presidente não se referiu nominalmente a Ulysses Guimaraes, mas a Folha apurou que a irritação de Sarney contra Ulysses está chegando ao extremo. Tanto é assim que, no mesmo dia, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil e última ponte entre o PMDB de Ulysses e o Planalto, tomou a iniciativa de procurar Ulysses para uma conversa destinada a examinar "a integração Constituinte/governo no sucesso da transição", conforme a seca informação de Costa Couto à Folha, ontem.

Da conversa, encerrada em almoço, participou também o ministro Renato Archer (Previdência Social), o mais íntimo amigo de Ulysses.

Não vazaram maiores detalhes da conversa, mas visivelmente ela foi improdutiva, porque, na quinta-feira (ontem), o Planalto lançou a ofensiva em três frentes contra a Constituinte. Na frente jurídica, exumou-se plano que já estava delineado desde junho passado: levar a Procuradoria Geral da República a pedir ao STF que se manifeste sobre a

questão do mandato. A expectativa do Planalto é a de que o Supremo confirmará que o mandato deve ser de seis anos, nos termos da Constituição em vigor e que Sarney jurou defender na posse.

O plano se fecha com um pronunciamento dos ministros militares respaldando a decisão do Supremo.

A ofensiva do Planalto agitou as águas do Congresso constituinte. "O golpe jurídico", esbravejou Luis Viana Neto (PMDB-BA), 54. Para ele, o governo já chegou à conclusão de que perde a votação do mandato e decidiu recorrer aos tribunais.

"Se tirarem da Constituinte o poder de decidir o mandato, será a guerra civil", ecoava Genebaldo Correa (PMDB-BA), 46, um dos íntimos de Ulysses. José Genoíno (PT-SP), 41, tinha a mesma visão de Luis Viana Neto e já voltava os olhos para as Forças Armadas: "Resta saber se os militares respaldarão esse tipo de golpe branco."

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), 57, preferia centrar suas críticas na manifestação dos 15 ministros sobre a eleição de 88: "A eleição não é nefasta, ela é necessária, não porque o governo vai mal ou bem, mas por uma questão de legitimidade." Na mesma linha argumentava Lúcio Alcântara (PFL-CE), 50: "A eleição é necessária para resolver uma crise de poder."

A crise de poder citada por Alcântara conhecia, naquele momento, mais um lance: enquanto o Palácio do Planalto desmentia que Sarney tivesse vetado propostas do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para cortar o déficit público, na Fazenda o veto era confirmado e a Folha obtinha uma frase reveladora dita por Mailson a um assessor: "Assim, não dá."

A importância do corte no déficit público era resumida em uma frase por Delfim Netto: "Se não houver cortes, o governo cai. Como, não sei visualizar, mas cai."

Autor da emenda dos cinco anos diz apoiar candidatura do deputado

Da Sucursal de Brasília

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), 51, autor da emenda que prevê um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, disse ontem que "sem dúvida" que a candidatura do presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimaraes (SP), terá o seu voto na convenção do partido.

Iensen afirmou que está disposto a

subir em palanques para defender a candidatura de Ulysses, embora não acredite que este ano seja possível a realização de eleições para presidente. Ele afirmou que já tem o apoio de 326 parlamentares que assinaram sua proposta. Iensen e mais um grupo de dezenove parlamentares do PMDB e do PFL estiveram ontem no Palácio do Planalto para reivindicar ao presidente Sarney um repasse de Cz\$ 10 bilhões para o Estado do Paraná.

Ulysses exclui Palácio do Planalto do seu armistício

O presidente nacional do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara Federal, Ulysses Guimaraes, 71, já não conta com o Palácio do Planalto para o armistício que propôs no último fim-de-semana. "O armistício é com a sociedade. O armistício se fará na prática, aprovando-se rapidamente uma Constituição progressista", disse Ulysses à Folha, ontem, ao sair do Congresso por volta de 13h.

A frase de Ulysses é ainda mais significativa quando se considera a pergunta que deu origem a ela: o repórter quis saber se na conversa que tivera na véspera com o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, este lhe trouxera alguma resposta do Planalto a

respeito da proposta de armistício. Ulysses simplesmente ignorou a menção ao encontro e deu a resposta que preferiu.

Ulysses mantém o prazo que fixou na entrevista dada em São Paulo, na quarta-feira: terminar os trabalhos da Constituinte no dia 21 de abril. Para isso, o presidente do PMDB pode até descartar a proposta conjunta PT-PFL-PDT para uma reunião de presidentes dos 12 partidos representados na Constituinte, destinada a discutir a crise nacional. "Só participarei se não atrapalhar os trabalhos da Constituinte", antecipou Ulysses à Folha, antes mesmo de conversar com Brandão Monteiro, o líder do PDT incumbido de

fazer-lhe o convite para a reunião de presidentes.

A nova ofensiva do Planalto contra a Constituinte criou problemas para Ulysses: ao saber que dois dos ministros mais ligados a Ulysses (Luiz Henrique da Silveira, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura) haviam participado de reunião na qual se decidiu considerar "nefasta" a realização de eleições presidenciais em 88, um dos assessores de Ulysses levou às mãos à cabeça. E desabafou: "Eles não podiam ter comparecido."

Ulysses vai ter um novo problema pela frente: hoje cedo, um grupo de "históricos" do PMDB vai procurá-lo para exigir a realização, no próximo dia 8, da reunião do Diretório

Nacional do partido, cuja pauta é explosiva. Além de eleger um novo 3º vice-presidente para o PMDB, os "históricos" querem definir o rompimento do partido com o governo. Ontem, em função da ofensiva

palaciana contra a Constituinte, os "históricos" incorporaram um novo item a ser tratado na reunião do Diretório: extrair um documento favorável a quatro anos de mandato para o presidente.